



## **Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa: o caos e a chocante impunidade política!!!**

O **Sindicato dos Médicos da Zona Sul/FNAM** face à enorme gravidade da situação que se vive neste centro hospitalar considera imperioso fazer as seguintes denúncias:

1 - Este centro hospitalar tem vindo a ser confrontado nos últimos anos com uma gestão política caótica sem paralelo em toda a sua história institucional.

Em Outubro de 2013 foi anunciada uma reestruturação dos seus serviços.

Apesar de representar uma orientação positiva, esta reestruturação não foi acompanhada das adaptações logísticas e de técnicos passíveis de a levar a cabo. O Conselho de Administração limitou-se a fazer uma reorganização superficial e de fachada no internamento, adoptou decisões estruturais e deslocação de médicos e outros técnicos à margem dos directores dos serviços, sem o seu prévio conhecimento e à revelia de qualquer participação na implementação das medidas.

Dois anos mais tarde, à revelia dos directores e coordenadores de serviço, o Conselho de Administração (CA), tomou decisões com prioridades programáticas diferentes das suas próprias orientações de 2013, impedindo a correta prossecução do anterior projeto de reestruturação, resultando no caos institucional, onde ninguém sabe qual a orientação do CHPL, nem os seus planos de ação.

Numa atitude de arrogância e desrespeito pela autonomia clínica e técnica, é a presidente do CA (não-médica) quem, com a anuidade do diretor clínico, coloca os médicos onde bem lhe apetece, sem qualquer diálogo com o corpo clínico, e sem respeitar sequer as anteriores decisões do órgão de gestão ao qual preside.

Desta forma não foram alcançados os objetivos definidos para a referida reestruturação, nem os mesmos se têm traduzido em resultados positivos para o desempenho global da instituição nem para responder aos problemas há muito detectados.

2 - A nível dos recursos humanos, a gestão praticada assenta num clima persecutório generalizado, com a instauração de múltiplos processos disciplinares, a demissão de chefias médicas que são rotuladas como incómodas, ou a sua colocação debaixo das ordens de um psicopedagogo, múltiplas ilegalidades laborais quer a nível dos médicos especialistas quer na aplicação das disposições relativas ao enquadramento dos médicos mais jovens a efectuarem a sua formação na especialidade, com intromissão da presidente do CA nos planos de atividades dos médicos internos (escala de bancos, local e tempos de consulta etc).

Assiste-se a um deficit crescente de profissionais de várias áreas fundamentais para a execução de programas de especialização clínica, essenciais à boa prática psiquiátrica (médicos especialistas e enfermeiros optam por abandonar a instituição; é gritante a falta de enfermeiros, psicólogos, assistentes operacionais, fisioterapeutas/técnicos de psicomotricidade).

A deterioração contínua dos meios logísticos, humanos e organizacionais é uma realidade inquestionável que coloca aquela unidade de saúde à beira da sua implosão institucional.

Existem serviços, como é o caso do Serviço de Neuropsiquiatria e Demências, que não dispõe de um médico psiquiatra a tempo inteiro.

Esta situação generalizada coloca em causa o adequado trabalho clínico a nível das enfermarias, o acompanhamento dos doentes, a execução de meios complementares de diagnóstico e terapêutica e a capacidade de controlo das visitas.

3 - Falta material indispensável ao atendimento dos doentes com a qualidade e a humanização mais elementares numa instituição com as delicadas particularidades desta.

Em determinados Serviços a falta de espaço (salas de trabalho e de observação dos doentes) é dramática e o número (e antiguidade) dos computadores frequentemente impeditivo do correto trabalho clínico.

Falta folhas A4 para os registos, falta papel higiénico, falta roupa apropriada para os doentes se vestirem e no período do inverno nem sequer existem roupões.

A qualidade alimentar das refeições destinadas aos doentes tem registado uma deterioração chocante, acrescida da supressão de apoios alimentares complementares como chá ou bolachas a meio da tarde ou pão extra ao pequeno-almoço.

Diversos tipo de doentes (idosos) e determinados esquemas terapêuticos exigem um adequado grau de hidratação dos doentes e um maior cuidado alimentar ao longo do dia.

A frota de ambulâncias não foi atempadamente planificada, sendo frequente não haver transporte para os doentes, com a necessidade do recurso à contratação externa.

4 - A presidente da administração, tem adoptado um reiterado comportamento de intromissão nos aspectos clínicos, sujeitos a sigilo profissional médico, tem acedido aos diários clínicos e feito comentários sobre o seu conteúdo, desrespeitado os programas de formação médica.

É ela própria quem elabora as escalas de urgência médica, perante a passividade cúmplice do próprio director clínico.

5 - Estes aspectos sinteticamente enumerados permitem, no entanto, avaliar com clareza a gravidade da situação que está criada nesta unidade hospitalar.

Aquilo que constitui um factor escandaloso acrescido é que tudo isto se tem desenrolado na mais completa e gritante impunidade política por parte da anterior equipa ministerial e, para já, por parte também da actual.

Apesar das insistentes acções de intervenção sindical para exigir a reposição da legalidade laboral, para denunciar o clima indigno de perseguições pessoais e políticas por parte da administração e para impedir a degradação institucional enunciada, assiste-se a uma ausência de medidas de responsabilização por actos de gestão atentatórios da missão de um serviço público de saúde.

Exigimos à actual equipa ministerial que passe das palavras aos actos e que não mantenha a mesma postura de indiferença e de impunidade perante graves situações como esta.

Desenvolveremos todos os nossos esforços para impedir que situações deste tipo continuem a existir!!!

Lisboa, 11 de Fevereiro 2016

**A Direcção do Sindicato dos Médicos da Zona Sul**